



Fundo para o Serviço
Público de Transportes

JVR
Tely
A

Fundo para o Serviço Público de Transportes

RELATÓRIO DE GESTÃO

2.º semestre de 2022

Relatório base, 16 de janeiro de 2023

Fundo para o Serviço Público de Transportes

RELATÓRIO DE GESTÃO

2.º semestre de 2022

Conteúdo

1. Enquadramento.....	3
2. Receita realizada em 2022.....	3
3. Financiamento regular das Autoridades de Transportes	4
4. Financiamento de ações de curto e médio prazo.....	6
5. Plano Plurianual de Atividades 2023/2024	6
8. Considerações complementares	7

Jon
 2/2
 A

1. Enquadramento

O presente documento sintetiza as principais ocorrências e resultados das ações previstas no Plano Plurianual de Atividades 2021-2022 (PPA 2021/2022) do Fundo de Transportes, realizadas no 2.º semestre de 2022, de acordo com o previsto na alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º do Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, aprovado pela Portaria n.º 359A/2017.

No primeiro semestre de 2022 foram identificadas as principais expectativas de financiamento das autoridades de transportes para 2022 através de um breve inquérito dirigido a todas as CIM e municípios que exercem diretamente as competências de autoridades de transportes e efetuado um exercício de Avaliação da atualidade e pertinência das perspetivas para 2022, previstas no PPA 2021/2022, onde se admitiu a publicação de três avisos para o apoio a ações de curto e médio prazo em 2022.

2. Receita realizada em 2022

A receita prevista e a efetivamente realizada sintetiza-se no Quadro 1.

Quadro 1 - Receita prevista e realizada 2022

Origem	Prevista (OE 2022)	Realizada
- Orçamento Estado ¹	2 060 400,00 €	2 060 400,00 €
- AMT ²	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €
- Fundo Ambiental ³	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
- Coimas PST ⁴	200 000,00 €	236 783,85 €
- Contribuições TVDE ⁵	755 942,00 €	827 483,50 €
TOTAL	8 016 342,00 €	8 124 667,35 €

- ¹ Receitas destinadas exclusivamente ao financiamento regular das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.
- ² Transferência da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) prevista na LOE 2022, exclusivamente destinada ao financiamento regular de CIM e Municípios.
- ³ Transferência do Fundo Ambiental prevista na LOE 2022 destinada ao financiamento de ações de curto e médio prazo da iniciativa das autoridades de transportes, que se enquadrem nos objetivos do Fundo Ambiental.
- ⁴ Respeitante a coimas aplicadas a passageiros sem título de transporte válido.
- ⁵ "Contribuição de regulação e supervisão" do TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados) - Lei n.º 45/2018, de 10 agosto.

3. Financiamento regular das Autoridades de Transportes

i) Áreas Metropolitanas

O financiamento total atribuído às Áreas Metropolitanas situou-se em 2 060 400,00 €, assim repartidos: ¹

- Áreas Metropolitana de Lisboa	1 147 980, 00 €
- Áreas Metropolitana do Porto	912 420, 00 €
- TOTAL	2 060 400,00 €

ii) Comunidades Intermunicipais e Municípios

Após publicação do Orçamento de Estado 2022 foram elaborados os mapas com a estimativa de financiamento a transferir para as Comunidades Intermunicipais e para os municípios que exercem diretamente competências de Autoridades de Transportes.

- Publicação da LOE 2022	27/06/2022
- Publicação da estimativa de financiamento ²	04/08/2022
- Disponibilização dos meios financeiros ³	23/12/2022
- Comparticipação total atribuída ⁴	3 000 000,0 €

O montante atribuído às CIM situou-se em 2.770.064,22 € (Quadro 2) e aos municípios as em 229 935,78 € (Quadro 3).

Quadro 2: Financiamento atribuído às CIM em 2022

Comunidade Intermunicipal	Montante
1. ALENTEJO CENTRAL	144.582,71 €
2. ALENTEJO LITORAL	85.077,84 €
3. ALGARVE	120.988,76 €
4. ALTO ALENTEJO	148.461,44 €
5. ALTO MINHO	140.738,77 €
6. ALTO TÂMEGA	97.872,46 €
7. AVE	95.426,59 €
8. BAIXO ALENTEJO	163.533,19 €
9. BEIRA BAIXA	73.268,46 €
10. BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	185.956,22 €
11. CÁVADO	79.281,13 €
12. DOURO	170.786,55 €
13. LEZÍRIA DO TEJO	128.871,45 €
14. MÉDIO TEJO	150.516,67 €
15. OESTE	118.910,83 €
16. REGIÃO DE AVEIRO	115.603,01 €

¹ O montante a atribuir ao financiamento regular das Áreas Metropolitanas é especificamente fixado em OE.

² Calculada de acordo com o previsto no número 8, do artigo 7.º do Regulamento do FSPT.

³ Transferência da AMT.

⁴ Montante previsto no OE 2022.

JW
Fdy
A

Quadro 2: Financiamento atribuído às CIM em 2022

Comunidade Intermunicipal	Montante
17. REGIÃO DE COIMBRA	192.112,81 €
18. REGIÃO DE LEIRIA	117.169,56 €
19. TÂMEGA E SOUSA	169.954,60 €
20. TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	121.157,46 €
21. VISEU DÃO LAFÕES	149.793,71 €
TOTAL	2.770.064,22 €

Quadro 3: Financiamento atribuído a municípios em 2022

Município	Montante
1. AMARANTE	15.099,48 €
2. AVEIRO	5.748,89 €
3. BARCELOS	21.832,00 €
4. BRAGA	11.020,87 €
5. BRAGANÇA	12.759,91 €
6. CASTELO BRANCO	13.677,58 €
7. COIMBRA	6.967,10 €
8. ÉVORA	11.720,56 €
9. FARO	5.146,67 €
10. FREIXO DE ESPADA À CINTA	7.008,17 €
11. GUIMARÃES	18.114,72 €
12. LAGOS	4.198,37 €
13. LAMEGO	9.952,23 €
14. MOIMENTA DA BEIRA	7.657,21 €
15. OLEIROS	8.158,38 €
16. PORTALEGRE	9.047,83 €
17. PORTIMÃO	4.281,37 €
18. SABUGAL	11.342,09 €
19. VIEIRA DO MINHO	8.188,89 €
20. VILA NOVA DE FAMALICÃO	16.094,36 €
21. VILA REAL	10.941,36 €
22. VISEU	10.977,74 €
TOTAL	229.935,78 €

iii) Regularização de compromissos transitados de 2021

O financiamento regular atribuído às CIM em 2021 elevou-se a 2 773 905,08 €. Todavia, o montante efetivamente transferido foi apenas de 1 993 883,02 €, tendo ficado por transferir 780 082,06 € referente a 17 CIM. A regularização dos montantes não pagos foi autorizada⁵ e desencadeada ao abrigo do regime transitório de execução orçamental e OE 2022 e integralmente completada após publicação do orçamento definitivo de 2022.

⁵ Despacho da SEO de 12 de janeiro de 2022

4. Financiamento de ações de curto e médio prazo

O financiamento de ações de curta e média duração teve apenas dois avisos publicados. Foi preparado um terceiro aviso destinado ao "APOIO À CAPACITAÇÃO DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTES", mas não chegou a ser publicado devido o particular contexto orçamental do ano 2022.

Aviso n.º 1/2022 – PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS PASSAGEIROS

- Proposta de aprovação	07/04/2022
- Publicação	14/06/2022
- Dotação	246 000,00 €
- Comparticipação solicitada	200 000,00 €
- Comparticipação aprovada	200 000,00 €

Aviso n.º 2/2022 – APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SETOR DO TÁXI

- Proposta de aprovação	05/05/2022
- Aprovação	17/08/2022
- Publicação	17/08/2022
- Dotação	300 000,00 €

Descarbonização:

- Candidaturas submetidas	19
- Candidaturas admitidas	16
- Candidaturas aprovadas	13
- Comparticipação total solicitada	122 100,30 €
- Comparticipação total executada	90 126,65 €

Digitalização:

- Candidaturas submetidas	28
- Candidaturas admitidas	27
- Candidaturas aprovadas	11
- Comparticipação total solicitada	10 571,69 €
- Comparticipação total executada	4 575,50 €

5. Plano Plurianual de Atividades 2023/2024

Em 2022 foi também elaborado um documento prévio do Plano Plurianual de Atividades para o biénio 2023/2024. No início de 2023 este Plano deverá ser formalmente aprovado, termos do n.º 3 do artigo 8.º da Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro, após processo de consulta prévia, pelo prazo de e dez dias úteis, às autoridades de transporte beneficiárias.

6. Considerações complementares

O exercício orçamental de 2022 fica, tal como os anos anteriores, marcado pela ocorrência de factos, que embora previsíveis em alguns casos, não são controláveis pela autoridade de gestão do Fundo, gerando situações de incerteza que levam ao adiamento de decisões.

É o caso do financiamento regular das autoridades de transportes (CIM e Municípios), totalmente dependente de transferências a realizar pela AMT, que sistematicamente só ocorrem muito próximo da data-limite de encerramento da execução orçamental.

É, também, o caso das "Contribuições de regulação e supervisão" do TVDE, igualmente a transferir pela AMT, que ocorrem de forma muito irregular.

O ano 2022 fica, porém, especialmente marcado de forma incontornável pelo particular contexto orçamental.

Não se verificou redução do valor global da receita prevista, mas, devido à imprevisibilidade da cobrança dessa receita, os prazos para a publicação de avisos para financiamento de ações de curto e médio prazo e para execução financeira por parte das entidades beneficiárias, ficaram muito condicionados.